

Banco Semear S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua junto a empresas de pequeno e médio porte com operações prioritariamente de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas.

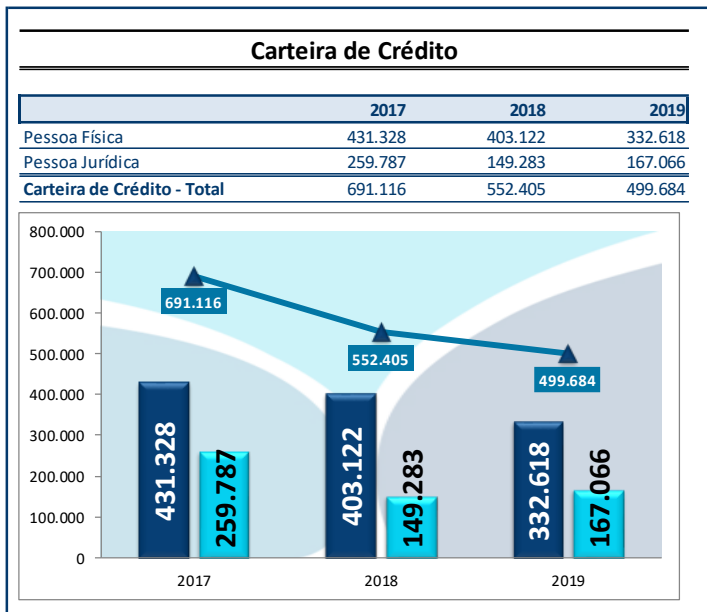
No cenário econômico, tivemos o avanço do PIB do Brasil de 1,12% em 2018 para 1,14% em 2019, a Selic registrou queda e fechou em 4,50% e a inflação, medida pelo IPCA, atingiu 4,31% no ano de 2019.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

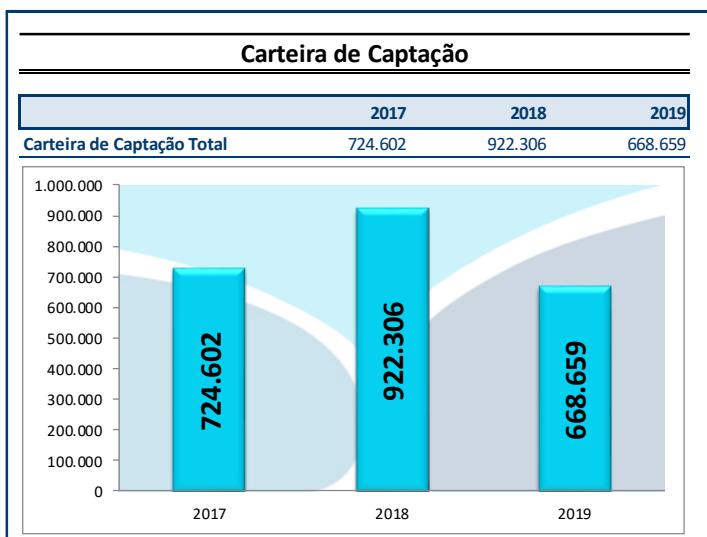
Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 66,6% da carteira total, sendo os principais produtos 40,6% de Crédito Direto ao Consumidor, 11,6% de Carteira Imobiliária e 14,6% de Empréstimo Pessoal. A carteira de Pessoa Jurídica está distribuída, principalmente, na carteira de Capital de Giro (31,9%) e Aquisição de Recebíveis (1,4%).



Captações

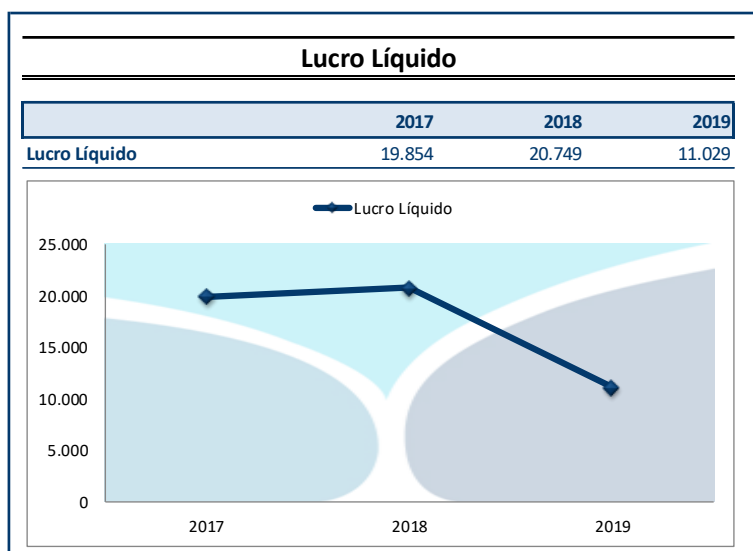
Nas captações, o Banco teve um decréscimo em relação ao ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$ 668,7 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.



Desempenho Econômico Financeiro

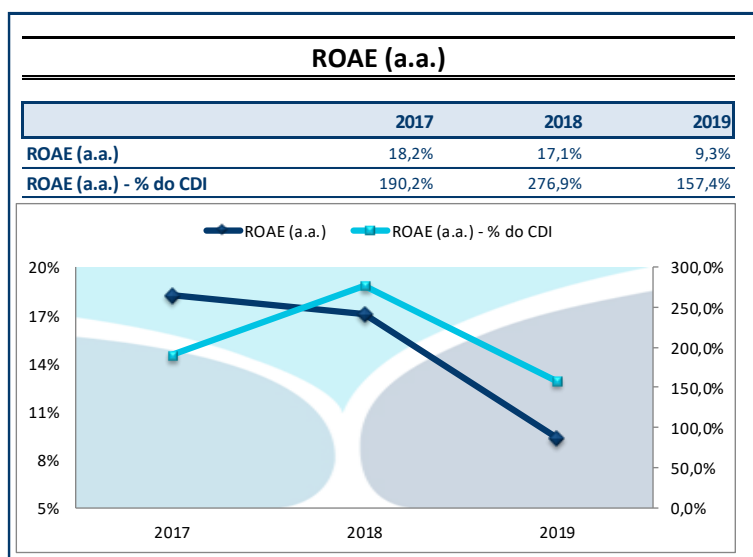
Lucro Líquido

Durante o ano de 2019, o Banco obteve lucro líquido no montante de R\$ 11,0 milhões, valor este inferior ao ocorrido em 2018.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 9,3%, redução de 7,7 p. p. quando comparado ao ano anterior.



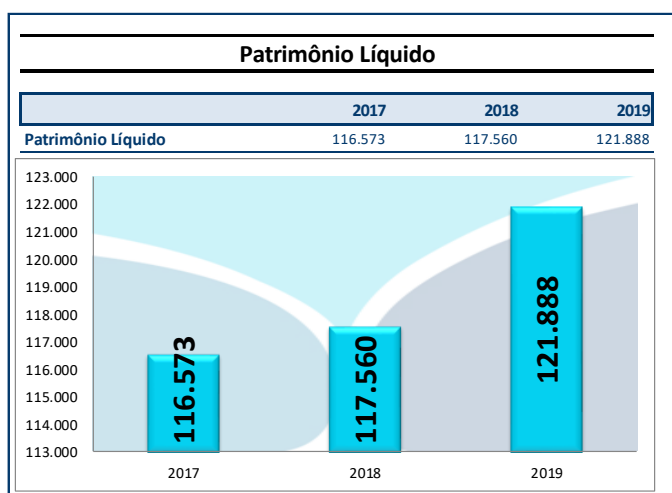
Resultado bruto de intermediação financeira

Em 2019, o resultado bruto de intermediação financeira reduziu em relação ao ano de 2018 passando de R\$ 87,1 milhões para um valor de R\$ 62,2 milhões.

Desempenho Patrimonial

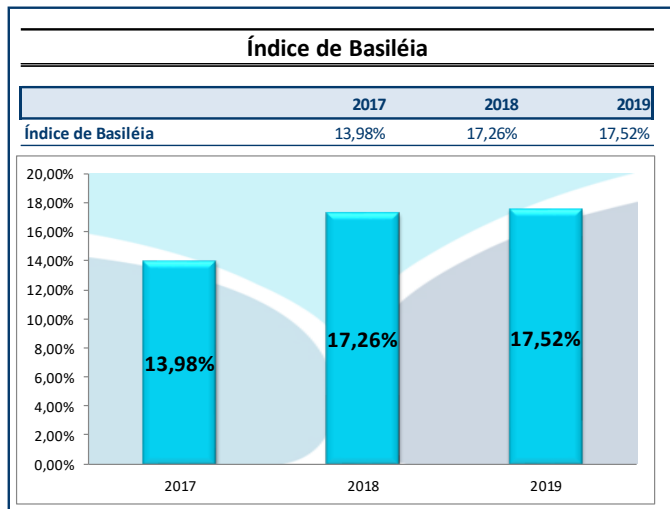
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido foi incrementado em 2019 encerrando este exercício em R\$ 121,9 milhões, contra um montante de R\$ 117,6 milhões em 2018.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado em 2019 foi de 17,52 %, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimento

Os resultados alcançados neste ano, face ao forte investimento para o nosso processo de digitalização definido em nosso planejamento estratégico e a um contexto de mercado com pequeno crescimento, refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios ensejam uma ótima perspectiva para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório

da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

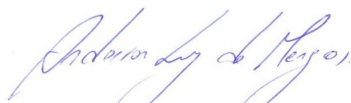
opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Banco Semear S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante		687.546	936.195	Circulante		278.742	468.799
Disponibilidades	4	1.779	20.174	Depósitos	11	237.633	427.703
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	75.304	282.933	Depósitos à vista		15.236	55.666
Aplicações no mercado aberto		74.994	282.622	Depósitos a prazo		222.397	372.037
Aplicações em depósitos interfinanceiros		310	311	Recursos de aceites e emissão de títulos	11	12.302	11.568
Títulos e valores mobiliários	6	134.717	127.114	Relações interfinanceiras		3	-
Carteira própria		134.654	127.055	Outras obrigações	12	27.767	28.961
Vinculados a prestação de garantias		63	59	Receitas antecipadas		1.037	567
Relações interfinanceiras		331	278	Não circulante		446.732	510.160
Depósitos no Banco Central		325	272	Depósitos	11	418.723	483.035
Correspondentes		6	6	Depósitos a prazo		418.723	483.035
Operações de crédito	7	386.540	404.108	Recursos de aceites e emissão de títulos	11		
Setor privado		413.077	426.845	Outras obrigações	12	26.801	25.958
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(26.537)	(22.737)	Receitas antecipadas		1.208	1.167
Outros créditos	9	34.532	64.531	Patrimônio líquido	13	121.888	117.559
Outros valores e bens	10	54.343	37.057	Capital social		104.119	104.119
Outros valores e bens		52.938	35.688	Reserva legal		2.581	2.030
Despesas antecipadas		1.405	1.369	Reserva de retenção de lucro		15.188	11.410
Não circulante		159.816	160.323				
Realizável a longo prazo		154.131	159.203				
Operações de crédito	7	20.767	28.615				
Setor privado		22.076	30.724				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.309)	(2.109)				
Outros créditos	9	130.326	125.155				
Outros valores e bens	10	3.038	5.433				
Despesas antecipadas		3.038	5.433				
Permanente		5.685	1.120				
Investimentos		160	92				
Imobilizado de uso		849	579				
Intangível		4.676	449				
Total do ativo		847.362	1.096.518	Total do passivo e do patrimônio líquido		847.362	1.096.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Semestre findo em	Ano findo em	
	Nota	2019	2019	2018
Receitas de intermediação financeira		78.456	154.795	176.839
Operações de crédito	7g	62.440	123.335	142.669
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5c	2.700	8.726	6.810
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	3.685	7.553	6.285
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7g	9.631	15.181	21.075
Despesas de intermediação financeira		(40.868)	(92.610)	(89.772)
Operações de captação no mercado	11c	(24.868)	(56.915)	(61.297)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(16.000)	(35.695)	(28.475)
Resultado bruto da intermediação financeira		37.588	62.185	87.067
Outras receitas (despesas) operacionais		(39.175)	(62.202)	(49.678)
Receitas de prestação de serviços	13	929	2.197	2.391
Rendas de tarifas bancárias	13	1.366	2.863	4.048
Despesas de pessoal	14	(10.827)	(20.022)	(18.354)
Outras despesas administrativas	15	(23.056)	(40.957)	(36.019)
Despesas tributárias	16	(6.069)	(11.949)	(13.359)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	-	4
Outras receitas operacionais	17	8.680	18.874	29.497
Outras despesas operacionais	18	(10.198)	(13.208)	(17.886)
Resultado operacional		(1.587)	(17)	37.389
Resultado não operacional		(1.025)	(748)	2.056
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		(2.612)	(765)	39.445
Imposto de renda sobre o lucro corrente	19	278	(973)	(4.764)
Contribuição social sobre o lucro corrente	19	138	(623)	(3.958)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	8 e 19	11.575	13.390	(9.974)
		11.991	11.794	(18.696)
Resultado do semestre/exercícios		9.379	11.029	20.749
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		0,07	0,09	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucro</u>			Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.119	993	11.461	116.573
Resultado do exercício				20.749
Juros sobre o capital próprio - Pagos				(7.380)
Dividendos - Pagos			(11.461)	(922)
Constituição de reserva legal		1.037		(1.037)
Reclassificação para reserva de retenção de lucros			11.410	(11.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	104.119	2.030	11.410	117.559
Mutações do período		1.037	(51)	986
Saldos em 31 de dezembro de 2018	104.119	2.030	11.410	117.559
Resultado do exercício				11.029
Juros sobre o capital próprio - Pagos				(6.700)
Dividendos - Pagos				
Constituição de reserva legal		551		(551)
Reclassificação para reserva de retenção de lucros			3.778	(3.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	104.119	2.581	15.188	121.888
Mutações do período		551	3.778	4.329
Saldos em 30 de junho de 2019	104.119	2.112	11.478	117.709
Resultado do semestre				9.379
Juros sobre o capital próprio - Pagos				(5.200)
Constituição de reserva legal		469		(469)
Reclassificação para reserva de retenção de lucros			3.710	(3.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	104.119	2.581	15.188	121.888
Mutações do período		469	3.710	4.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Ano findo em	
	2019	2019	2018
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Resultados dos semestre/exercícios	9.379	11.029	20.749
Ajustes dos resultados dos semestre/exercícios com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	84	157	243
Amortização	712	808	280
Ajuste em investimento de coligada e controlada	-	-	(4)
Provisão para devedores duvidosos	14.670	26.810	18.190
Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito	1.330	8.885	10.285
Provisão de bens retomados - Com pendências em cartórios	(952)	(1.160)	(1.520)
Provisão para impostos e contribuições diferidos	11	4	43
Provisão para pagamentos a efetuar	741	(895)	869
Provisão para passivos contingentes	1.968	1.297	(49)
Impostos diferidos	(11.575)	(13.390)	9.931
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(416)	1.596	-
	6.573	24.112	38.268
Resultados dos semestre/exercícios ajustados	15.952	35.141	59.017
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(9)	1	4
Títulos e valores mobiliários	(3.686)	(7.603)	(36.701)
Operações de créditos	5.655	(1.394)	67.477
Outros créditos	13.693	32.483	48.270
Outros valores e bens	(15.533)	(14.890)	(6.194)
Relações interfinanceiras e interdependência	657	(53)	(87)
	777	8.544	72.769
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	(86.892)	(254.382)	205.087
Recursos de aceites e emissão de títulos	(195)	734	(7.385)
Relações interfinanceiras	(209)	3	(1)
Outras obrigações	8.951	(1.057)	1.313
Variação nas receitas antecipadas	1.020	512	(1.041)
	(77.325)	(254.190)	197.973
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(60.596)	(210.505)	329.759
Impostos pagos sobre o lucro	(1.113)	(3.287)	(11.217)
	(61.709)	(213.792)	318.542
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ajustes no investimento	(34)	(68)	10
Aquisição no imobilizado de uso	(278)	(428)	(316)
Aquisição no intangível	(4.838)	(5.035)	(228)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(5.150)	(5.531)	(534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre Capital Próprio pagos	(5.200)	(6.700)	(7.380)
Distribuição de dividendos	-	-	(12.383)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	(5.200)	(6.700)	(19.763)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(72.059)	(226.023)	298.245
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestre/exercícios	148.832	302.796	4.551
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestre/exercícios	76.773	76.773	302.796
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(72.059)	(226.023)	298.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de créditos.
- **Serviços:** Investimentos, aquisição, cartões e intermediação de seguros.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).

- **Resolução nº 4.144 /2012** - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.424/2015** - Benefícios a empregados (CPC 33 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no período findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 8** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 12** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de março de 2020.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Provisão para perdas com operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

d. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 10).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 10).

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos, neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

i. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 11).

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: (a) prováveis, para os quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e (c) remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.

- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e reflete-se o resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco Semear S.A. por ex-funcionários do próprio Banco Semear S.A., bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados para fins de contingenciamento apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco possível, sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 11).

l. Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento).

A referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos oriundos de CSLL a ser constituídos sob as novas regras.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

m. Provisões de férias e décimo terceiro salário

As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizados segundo o regime de competência.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	1.779	20.174
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) – Nota 5	74.994	282.622
Total	<u>76.773</u>	<u>302.796</u>

(*) Referem-se a operações cujos vencimentos, na data efetiva da aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança no valor e resgatáveis a qualquer momento.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

a. Composição

	2019	2018
Posição bancada	74.994	282.622
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	49.994	120.116
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.000	49.999
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	112.507
Aplicações em depósitos interfinanceiros	310	311
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs)	310	311
Total	75.304	282.933
Circulante	75.304	282.933

b. Classificação por tipo de título e vencimentos

Títulos	2019				2018	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	49.994	-	-	-	49.994	120.116
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.000	-	-	-	25.000	49.999
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	-	112.507
Certificados de Depósitos Bancários (*)	-	310	-	-	310	311
Total	75.304	310	-	-	75.304	282.933

(*) Os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) possuem vencimentos superiores a 90 dias.

c. Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Sem / 2019	2019	2018
Posição bancada	2.680	8.680	6.752
Depósitos interfinanceiros	20	46	58
Total	2.700	8.726	6.810

6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição

	2019	2018
Carteira própria - Livres	<u>134.654</u>	<u>127.055</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	134.654	127.055
Vinculados à prestação de garantias	<u>63</u>	<u>59</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	63	59
Total	<u>134.717</u>	<u>127.114</u>
Circulante	134.717	127.114

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos

	2019				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	<u>89.831</u>	<u>34.111</u>	<u>10.775</u>	<u>134.717</u>	<u>134.687</u>
Total	<u>89.831</u>	<u>34.111</u>	<u>10.775</u>	<u>134.717</u>	<u>134.687</u>
	2018				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	<u>84.770</u>	<u>11.375</u>	<u>30.969</u>	<u>127.114</u>	<u>127.025</u>
Total	<u>84.770</u>	<u>11.375</u>	<u>30.969</u>	<u>127.114</u>	<u>127.025</u>

1. Para fins de publicação, os títulos denominados na categoria para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Sem/2019	2019	2018
Resultado de títulos de renda fixa	<u>3.685</u>	<u>7.553</u>	<u>6.285</u>
Total	<u>3.685</u>	<u>7.553</u>	<u>6.285</u>

7 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	2019		2018	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	153.825	30,7%	125.571	22,8%
Títulos Descontados			18	
Adiant. A Depositantes	9		584	0,1%
Conta Garantida	4.536	0,9%	1.000	0,2%
Crédito Pessoal	73.643	14,7%	67.992	12,3%
Financiamento Imobiliário				
Crédito Direto ao Consumidor	203.140	40,7%	251.698	45,6%
Total de operações de Crédito	435.153		446.863	
Circulante	413.077		426.101	
Não Circulante	22.076		20.762	
Devedores Por Compra de Valores e Bens	12.018	2,4%	10.706	1,9%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Cartão de Crédito	6.755	1,4%	19.478	3,5%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	45.758	9,2%	75.357	13,6%
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos com Carac.de Concessão de Crédito. (Nota 8)	64.531		105.541	
Circulante	14.718		29.288	
Não Circulante	49.813		76.253	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	499.684	100,0%	552.404	100,0%
Circulante	427.795		455.389	
Não Circulante	71.889		97.015	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.846)		(24.592)	
Circulante	(26.537)		(22.712)	
Não Circulante	(1.309)		(1.880)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	(10.099)		(12.235)	
Circulante	(1.690)		(1.595)	
Não Circulante	(8.409)		(10.640)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(37.945)		(36.827)	
Circulante	(28.227)		(24.307)	
Não Circulante	(9.718)		(12.520)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	461.739		515.577	
Circulante	399.568		431.082	
Não Circulante	62.171		84.495	

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de risco	% do risco	2019		2018	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		14.241	-	-	-
A	0,5%	314.208	(1.571)	346.970	(1.735)
B	1,0%	69.923	(699)	81.715	(817)
C	3,0%	44.936	(1.348)	60.531	(1.816)
D	10,0%	13.900	(1.390)	20.863	(2.086)
E	30,0%	9.332	(2.800)	10.836	(3.251)
F	50,0%	3.432	(1.716)	5.414	(2.707)
G	70,0%	4.305	(3.014)	5.532	(3.872)
H	100,0%	25.407	(25.407)	20.543	(20.543)
Totais		499.684	(37.945)	552.404	(36.827)
Circulante		427.795	(28.227)	455.389	(24.307)
Não circulante		71.889	(9.718)	97.015	(12.520)
Total		499.684	(37.945)	552.404	(36.827)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2º Sem/2019	2019	2018
Saldo no início do período	40.022	36.827	40.296
Constituição - Operação de créditos (Nota 17)	17.966	43.908	31.923
Reversão - Operação de créditos (Nota 17)	(1.966)	(8.213)	(3.448)
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(18.077)	(34.577)	(31.944)
Saldo no final	37.945	37.945	36.827

d. Despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação

	2º Sem / 2019	2019	2018
Provisão constituída	17.966	43.908	31.923
Reversão constituída	(1.966)	(8.213)	(3.448)
Total	16.000	35.695	28.475

e. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	2019		2018	
	Carteira	% da carteira	Carteira	% da carteira
Indústria	10.876	2,2%	19.320	3,5%
Comércio	49.005	9,8%	34.898	6,3%
Serviços	107.185	21,5%	95.064	17,2%
Pessoa física	332.618	66,5%	403.122	73,0%
Totais	499.684	100,0%	552.404	100,0%

f. Carteira por faixa de vencimento

Prazos de vencimento	2019		2018	
	Carteira	% da carteira	Carteira	% da carteira
Vencidas	35.624	7,1%	35.528	6,5%
A vencer até 30 dias	73.850	14,8%	84.634	15,3%
A vencer de 31 a 60 dias	71.356	14,3%	85.806	15,5%
A vencer de 61 a 90 dias	52.171	10,4%	57.312	10,4%
A vencer de 91 a 180 dias	112.473	22,5%	104.101	18,8%
A vencer de 181 a 360 dias	82.321	16,5%	88.008	15,9%
A vencer após 360 dias	71.889	14,4%	97.015	17,6%
Totais	499.684	100,0%	552.404	100,0%

g. Resultado com operações de crédito

(i) Operações de créditos

	2º Sem/2019	2019	2018
Rendas de empréstimos	48.165	91.791	83.508
Rendas de financiamentos	65.481	140.660	172.269
Rendas de financiamentos habitacionais	-	81	1.331
Rendas financ. devedor por compra de vrs. e bens	621	1.265	-
Recuperação de créditos	2.573	4.139	12.852
Renda bruta de operações crédito	116.840	237.936	269.960
(-) Comissões sobre operações de crédito	(54.400)	(114.601)	(127.291)
Total	62.440	123.335	142.669

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	2º Sem/2019	2019	2018
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	2.896	7.116	14.190
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de cartões de créditos	536	1.493	5.938
Prej. cessão de crédito - Recebíveis de cartões de créditos	-	(24)	(455)
Recuperação de créditos	6.199	6.596	1.402
Total	9.631	15.181	21.075

h. Outras informações de operações de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$ 28.453 (R\$ 34.363 em 2018), com saldo de provisão de R\$ 1.229 (R\$ 2.292 em 2018) e saldos recuperados de R\$ 10.735 (R\$ 14.254 em 2018).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

8 Outros créditos

O saldo de outros créditos está composto por:

	2019	2018
Créditos tributários - IRPJ e CSLL - Nota (a)	83.630	70.237
Devedores por depósito em garantia (b)	18.257	17.074
Impostos e contribuições a compensar (c)	5.878	11.262
Outros créd.com caract.de concessão de créd. (Receb.cartões créditos e imobiliários(Nota 7)	52.513	94.835
Prov. para perdas com outros créd. com caract. De concessão de crédito (Nota 7)	(9.633)	(11.981)
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7)	12.018	10.706
Prov. para perdas com devedores por compra de valores e bens (Nota 7)	(466)	(254)
Devedores diversos - País (d)	4.235	12.145
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.086)	(4.436)
Diversos	1.512	550
Total	164.858	200.138
Circulante	34.532	65.250
Não circulante	130.326	134.888

(a) Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). Referida majoração acarretou ajuste de R\$8.781 nos saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL a ser utilizados sob as novas regras.

	2019			2018	
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL
Base negativa e prejuízo fiscal	4.294	512	12.849	5.914	14.981
Alíquota	25%	15%	20%	25%	15%
Crédito tributário diferido atual (a)	1.074	77	2.570	1.478	2.247
Diferenças temporárias:					
Base de cálculo	178.152	5.173	172.979	166.278	166.278
Alíquota	25%	15%	20%	25%	15%
Crédito tributário diferido atual (c)	44.538	775	34.596	41.570	24.942
Total (a + c)	45.612	38.018	-	-	-
Circulante	7.927	6.049	-	13.094	7.856
Não circulante	37.685	31.969	-	29.954	19.333
Total	45.612	38.018	-	43.048	27.189

	2019			2018	
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL
Movimentação do crédito tributário					
Saldo inicial	43.048	27.189	-	46.001	34.167
Constituição de diferenças temporárias	22.791	13.675	-	12.107	22.882
Const.de dif. Temporárias - Mudança de alíquota	-	8.649	-	-	-
Realização de diferenças temporárias	(19.823)	(11.894)	-	(12.905)	(28.567)
Variação no período	2.968	10.430	-	(798)	(5.685)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	527	315	-	678	406
Const.de base negativa - Mudança de alíquota	-	642	-	-	-
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(931)	(558)	-	(2.833)	(1.699)
Variação no período	(404)	399	-	(2.155)	(1.293)
Saldo final movimentado	45.612	38.018	-	43.048	27.189
Saldo final contábil	45.612	38.018	-	43.048	27.189

Os créditos tributários encontram-se registrados na rubrica “Outros créditos”, conforme Nota Explicativa nº 8 (Outros créditos), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração. Abaixo, demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Realização do crédito tributário				
1º ano	7.927	6.049	13.094	7.856
2º ano	5.983	4.728	8.968	5.381
3º ano	7.488	6.155	8.507	6.465
4º ano	7.976	7.452	4.985	2.991
5º ano	9.615	7.692	4.980	2.988
Acima de 5 anos	6.623	5.942	2.514	1.508
Totais	45.612	38.018	43.048	27.189

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 5,98% a.a. e está descontado de R\$ 14.675, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 68.954 (R\$ 51.612 em 2018), conforme demonstrado abaixo:

Realização do crédito tributário	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º ano	7.602	5.801	10.404	6.242
2º ano	5.426	4.288	6.629	3.977
3º ano	6.380	5.245	5.877	4.466
4º ano	6.381	5.962	3.554	2.132
5º ano	7.223	5.778	3.538	2.123
Acima de 5 anos	4.675	4.193	1.669	1.001
Totais	37.687	31.267	31.671	19.941

- (a) Devedores por depósitos em garantias estão compostos por: i) Recursos fiscais R\$ 15.126 (R\$ 14.572 em 2018); ii) Depósitos de ações cíveis R\$ 1.714 (R\$ 1.597 em 2018); iii) Recursos trabalhistas R\$ 1.416 (R\$ 903 em 2018); iv) e Outros depósitos judiciais R\$ 1 (R\$ 2 em 2018).
- (b) Impostos e contribuições a compensar: conta constituída, basicamente, por antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de R\$ 2.042 e R\$ 1.244, impostos e contribuições de exercícios anteriores R\$ 2.539 e outros impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 53 (R\$ 6.307 e R\$ 4.913 de antecipação de IRPJ e CSLL, R\$ 42 de outros impostos e contribuições).
- (c) A composição da rubrica “Devedores diversos - País” pode ser sumariada da seguinte forma: i) Baixas em operações de crédito a processar R\$ 2.971 (R\$ 3.586 em 2018); ii) Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida R\$ 967 (R\$ 967 em 2018); iii) Contingências Judiciais Reembolsáveis R\$ 108 (R\$ 119 em 2018); iv) Serviços de correspondentes R\$ 0 (R\$ 6.140 em 2018); v) Baixa oper. recebíveis créd. imob. em processo de formalização R\$ 174 (R\$ 1.333 em 2018); e vi) Diferença de compensação R\$ 15 (R\$ 0 2018).

9 Outros valores e bens

O saldo de outros valores e bens encontra-se representado por:

	2019	2018
Material em estoque	74	18
Bens não de uso próprio	52.864	35.670
Bens não de uso próprio (a)	54.102	36.501
Prov. para desval. de outros valores e bens	(1.238)	(831)
Despesas antecipadas	4.443	6.802
Serviços de terceiros	456	197
Comissões pela captação de títulos	26	-
Deságio por intermediação de CDB	3.961	6.605
Total	57.381	42.490
Circulante	54.343	37.057
Não circulante	3.038	5.433

- (a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

10 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	2019				2018	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	15.236	-	-	-	15.236	55.666
Depósitos a prazo (i)	-	36.051	186.346	418.723	641.120	855.072
Total	15.236	36.051	186.346	418.723	656.356	910.738
Circulante	-	-	-	-	237.633	427.703
Não circulante	-	-	-	-	418.723	483.035

- (i) Em 2019, os dois maiores clientes representam 54,44% e 21,82% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermedeiam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no Banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 64% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (53% em 2018), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 a 13 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	884	11.418	-	12.302	11.568
Total	884	11.418	-	12.302	11.568
Circulante	-	-	-	12.302	11.568

c. Despesas com operações de captações no mercado

	2º Sem/2019	2019	2018
Despesas de depósitos a prazo	(22.070)	(50.829)	(52.883)
Despesas de comissão pela captação	(2.038)	(4.579)	(5.273)
Despesas de operações compromissadas	(3)	(7)	(124)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(343)	(604)	(1.959)
Despesas de contribuição ao FGC	(414)	(896)	(1.058)
Despesas de captação	(24.868)	(56.915)	(61.297)

11 Outras obrigações

O saldo do grupamento de outras obrigações está composto por:

	2019	2018
Cobrança e arrecadação de tributos	318	293
Sociais e estatutárias	4.420	-
Contribuições fiscais e previdenciárias (a)	4.392	12.355
Cheque administrativo	171	13
Provisão para despesas administrativas (b)	4.666	5.389
Provisão para passivos contingentes (c)	27.937	25.879
Provisão para garantias prestadas (e)	428	59
Credores diversos - País (d)	12.236	10.931
Total	<u>54.568</u>	<u>54.919</u>
Circulante	27.767	28.961
Não circulante	<u>26.801</u>	<u>25.958</u>

- (a) A rubrica “Contribuições fiscais e previdenciárias” pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte: i) Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes R\$ 1.596 (R\$ 8.868 em 2018); ii) Impostos e contribuições a recolher R\$ 2.718 (R\$ 3.412 em 2018); iii) Provisão para impostos e contribuições diferidos R\$ 78 (R\$ 75 em 2018).
- (b) Provisões de despesas administrativas: i) Provisões para despesas de pessoal R\$ 3.622 (R\$ 4.203 em 2018); Provisão para prestadores de serviços R\$ 1.044 (R\$ 186 em 2018); ii) Provisão para serviços de correspondentes R\$ 0 (R\$ 1.000 em 2018).
- (c) Provisões para passivos contingentes

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	2019	2018
Provisão para riscos trabalhistas (c.1)	4.151	4.019
Provisão para riscos cíveis (c.1)	3.377	2.213
Provisões fiscais e previdenciárias (c.2)	20.409	19.647
Total	<u>27.937</u>	<u>25.879</u>

(c.1) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$ 6.583 (R\$ 6.506 em 2018).

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2018	903	1.014	1.917	4.019	2.213	6.232
Adições	651	117	768	607	2.210	2.817
Baixas	(138)	(43)	(181)	(475)	(1.046)	(1.521)
Saldo em 31/12/2019	1.416	1.088	2.504	4.151	3.377	7.528

	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2017	731	982	1.713	3.610	6.127	9.737
Adições	186	92	278	1.205	659	1.864
Baixas	(14)	(60)	(74)	(796)	(4.573)	(5.369)
Saldo em 31/12/2018	903	1.014	1.917	4.019	2.213	6.232

(c.2) Provisões fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para PIS (i)	14.508	13.969
Provisão para INSS (ii)	3.082	2.956
Provisão para imposto de renda (iii)	1.276	1.232
Provisão para contribuição social (iii)	1.542	1.490
	20.408	19.647

- (i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$ 14.522 (R\$ 13.969 em 2018), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 8 - Outros créditos.
- (ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.
- (iii) Parte o posicionamento no total de R\$ 1.152 (IRPJ) e R\$ 1.060 (CSLL), trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). Os restantes dos valores de R\$ 124 (IRPJ) e R\$ 482 (CSLL) referem-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

(iv) As movimentações das provisões para as contingências fiscais estão assim demonstradas:

	Depósitos judiciais				Provisão para riscos fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
Em 31/12/ 2018	120	466	13.986	14.572	1.232	1.490	13.969	2.956	19.647
Adições	4	15	536	555	44	53	539	126	762
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	124	481	14.522	15.127	1.276	1.543	14.508	3.082	20.409

	Depósitos judiciais				Provisão para riscos fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
Em 31/01/ 2017	116	451	13.268	13.835	1.186	1.435	13.400	2.821	18.842
Adições	4	15	718	737	46	55	569	135	805
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	120	466	13.986	14.572	1.232	1.490	13.969	2.956	19.647

(a) Credores diversos - País

A composição de credores diversos - País está sumarizada da seguinte forma: i) recebimentos de créditos cedidos a repassar R\$ 367 (R\$ 661 em 2018); ii) contribuição para o FGC R\$ 135 (R\$ 179 em 2018); iii) contratos de operações de créditos a liberar R\$ 107 (R\$ 47 em 2018); iv) serviços de correspondente R\$ 8.372 (R\$ 8.645 em 2018); v) Fornecedores diversos R\$ 619 (R\$ 709 em 2018); vi) créditos a baixar de operações de crédito R\$ 550 (R\$ 208 em 2018); vii) cartões de crédito a repassar R\$ 38 (R\$ 37 em 2018); viii) créditos antecipados da carteira de recebíveis imobiliário R\$ 613 (R\$ 311 em 2018); ix) Acordos operacionais R\$ 1.411 (R\$ 0 em 2018); x) outros credores diversos R\$ 24 (R\$ 134 em 2018).

(b) Garantias financeiras e avais prestados

O Banco avaliou a carteira de garantias financeiras e avais prestados, que no período monta R\$ 17.706 (R\$ 10.970 em 2018), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$ 428 (R\$ 59 em 2018), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 104.119 mil (R\$ 104.119 em 2018), representado por 64.707 mil ações ordinárias nominativas e 64.707 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

Por proposta da Administração, foram destinados R\$ 551 mil (R\$ 1.037 mil em 2018) para reserva legal, R\$ 6.700 (R\$ 7.380 em 2018) para juros sobre capital próprio, em 2018 R\$ 922 do resultado do exercício e R\$ 11.461 de resultados anteriores foram distribuídos entre os acionistas através de dividendos em 2018. Relativamente ao saldo restante do lucro do período, no montante de R\$ 1.772 mil (R\$ 11.410 mil em 2018), foi reclassificado para reserva de retenção de lucros para destinação futura, com o objetivo de proteção e fortalecimento do capital próprio do Banco.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

As destinações do resultado dos períodos estão apresentadas a seguir:

	2º Sem/2019	2019	2018
Lucro líquido	9.379	11.029	20.749
Reserva legal	(469)	(551)	(1.037)
Juros sobre capital próprio pagos	(5.200)	(6.700)	(7.380)
Dividendos pagos	-	-	(922)
Reservas especiais de lucros	(3.710)	(3.778)	(11.410)

d. Reserva de retenção de lucros

No período, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros, a Administração do Banco optou por amortizar o saldo remanescente do resultado na Reserva de Retenção de Lucros.

13 Gestão de riscos e capital

Gestão de riscos e capital

A Instituição vem disseminando, ao longo dos últimos anos, a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, o qual se encontra alinhado à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que esta opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e a aprovação do crédito, entre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito da Instituição, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, entre outros aspectos.

b. *Risco de liquidez*

É a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

c. *Risco de mercado*

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou, em inglês, Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no art. 25 da resolução supracitada, é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado da Instituição consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita, bem como na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando ao enquadramento e ao acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição. Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades ; e (v) testes de aderências (Backtesting).

d. *Risco operacional*

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional da Instituição é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa; e (ii) a quantitativa.

Qualitativa

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e. *Risco socioambiental*

O risco socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende à Resolução CMN nº 4.327 e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

Gerenciamento de capital e limites operacionais

A Resolução CMN nº 4.557/17 define o gerenciamento de capital como “o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, e todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco tem como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (vi) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vii) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução CMN nº 4.193/13. A Instituição encerrou o ano de 2019 com índice de Basileia de 17.52%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco.

O quadro abaixo demonstra a apuração do índice de Basileia:

Descrição	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	113.492	113.385
Patrimônio de Referência Nível I	113.492	113.385
Capital Principal (CP)	113.492	113.385
Ativos Ponderados por Risco - RWA	647.728	656.770
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	572.402	588.550
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	64	-
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	75.262	68.220
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	29.148	29.555
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	38.864	39.406
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	51.818	56.646
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Principal Requerido	84.344	83.830
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	74.628	73.979
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	61.674	56.739
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	17,52%	17,26%
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	17,52%	17,26%
Índice de Basileia (PR/RWA)	17,52%	17,26%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular Bacen nº 3.678/2013, encontram-se disponíveis no *site* www.bancosemear.com.br.

14 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem / 2019	2019	2018
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	617	1.613	2.042
Rendas de garantias prestadas	248	472	349
Outras receitas de prestação de serviços	64	112	-
Receitas de prestação de serviços:	929	2.197	2.391
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	3	479	1.875
Receitas de confecção de cadastro - PJ	861	1.587	1.189
Outras tarifas	502	797	984
Rendas de tarifas bancárias:	1.366	2.863	4.048

15 Despesas com pessoal

	2º Sem / 2019	2019	2018
Proventos + Honorários da Diretoria	(7.567)	(13.698)	(13.134)
Encargos sociais	(1.824)	(3.643)	(3.087)
Benefícios	(1.436)	(2.681)	(2.133)
Despesas de pessoal	(10.827)	(20.022)	(18.354)

16 Outras despesas administrativas

	2º Sem/2019	2019	2018
Despesas de outros serviços de terceiros	(7.746)	(14.634)	(13.959)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.087)	(4.232)	(4.179)
Despesas de serviços do SFN	(754)	(1.481)	(1.410)
Despesas de processamento de dados	(5.222)	(9.052)	(5.705)
Despesas de indenizações judiciais	(661)	(1.377)	(2.980)
Despesas de localização e funcionamento	(1.552)	(3.076)	(3.461)
Despesas de emolumentos judiciais	(2.486)	(3.387)	(1.407)
Despesas de <i>marketing</i>	(517)	(720)	(710)
Despesas com depreciação	(84)	(157)	(244)
Despesas com amortização	(712)	(808)	(279)
Demais despesas administrativas	(1.235)	(2.033)	(1.686)
Outras despesas administrativas	(23.056)	(40.957)	(36.019)

17 Despesas tributárias

	2º Sem / 2019	2019	2018
Cofins	(4.343)	(8.849)	(10.308)
PIS	(706)	(1.438)	(1.675)
ISSQN	(122)	(262)	(550)
ITBI/IPTU	(897)	(1.393)	(776)
Outros tributos	(1)	(7)	(50)
Despesas tributárias	(6.069)	(11.949)	(13.359)

18 Outras receitas operacionais

	2º Sem/2019	2019	2018
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	283	2.129	6.534
Reversão de provisão para bens em pendência transitória cartorial	952	1.160	1.520
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	586	1.046	1.118
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	21	475	796
Taxa de permanência no recebimento de créditos	3.558	7.385	8.664
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.159	4.489	5.149
Recuperação de encargos e despesas	624	913	1.623
Variações monetárias ativas	347	726	792
Rendas de acordos operacionais	-	260	777
Rendas de oper. aquisição de recebíveis	33	85	178
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	16	21	58
Outras rendas operacionais	101	185	2.288
Outras receitas operacionais	8.680	18.874	29.497

19 Outras despesas operacionais

	2º Sem/2019	2019	2018
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(5.797)	(7.588)	(6.795)
Descontos concedidos nos recebimentos de recebíveis	(92)	(100)	(9)
Variação monetária passiva	(335)	(671)	(696)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(99)	(204)	(217)
Provisão sobre garantias prestadas	(75)	(389)	(18)
Provisão para bens em pendências transitórias cartoriais	-	-	(68)
Provisões para pagamentos a efetuar	(1.024)	(1.234)	(7.403)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(419)	(608)	(1.205)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(2.156)	(2.210)	(659)
Outras despesas operacionais	(201)	(204)	(816)
Outras despesas operacionais	(10.198)	(13.208)	(17.886)

20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º sem 2019		31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(2.611)	(2.611)	(764)	(764)	34.203	34.203
Participações dos empregados	-	-	-	-	(2.139)	(2.139)
Adições (exclusões) permanentes	(3.857)	(3.857)	(5.148)	(5.148)	(43)	(43)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	5.180	5.180	11.873	11.873	(3.194)	(3.194)
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(27)	(27)	(29)	(29)	(94)	(94)
Resultado líquido ajustado	(1.315)	(1.315)	5.932	5.932	28.733	28.733
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	394	394	(1.780)	(1.780)	(8.620)	(8.620)
Base de cálculo tributável (c)	(921)	(921)	4.152	4.152	20.113	20.113
Alíquota-base	138	138	(623)	(623)	(3.017)	(4.023)
Alíquota adicional	104	-	(391)	-	(1.987)	-
Incentivos fiscais	36	-	41	-	159	-
Subtotais dos impostos correntes	278	138	(973)	(623)	(4.845)	(4.023)
Diferença - Prov. do exercício anterior	-	-	-	-	81	66
Totais dos impostos correntes	278	138	(973)	(623)	(4.764)	(3.957)
Base de cálculo tributável (b)	(27)	(27)	(29)	(29)	(94)	(94)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(10)	-	(56)	-	-
Passivo fiscal diferido (1)	(7)	(3)	(7)	(4)	(24)	(19)
Base de cálculo tributável (a)	5.180	5.180	11.873	11.873	(3.194)	(3.194)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	-	-	(34.706)
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	(639)
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (e)	-	57.660	-	57.660	-	(5.046)
Diferenças temporárias (2)	1.295	9.426	2.968	10.430	(798)	(5.685)
Base de cálculo tributável (d)	394	394	(1.780)	(1.780)	(8.620)	(8.620)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	160	4.445	160	4.445	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa (3)	138	726	(404)	399	(2.155)	(1.294)
Ativo fiscal diferido (2+ 3)	1.433	10.152	2.563	10.829	(2.952)	(6.979)
Totais dos impostos diferidos (1+2+3)	1.426	10.149	2.557	10.833	(2.977)	(6.998)

O efeito da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido instituído pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019 constituiu um valor de R\$8.781.

21 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	2019				
	Títulos e créditos a receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal-chave da Administração	-	-	214	66	(3.873)
Outras partes relacionadas (1)	<u>45.282</u>	<u>1.521</u>	<u>11.005</u>	<u>737</u>	<u>(13.738)</u>
Total	<u>45.282</u>	<u>1.521</u>	<u>11.219</u>	<u>803</u>	<u>(17.611)</u>
	2018				
	Títulos e créditos a receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal-chave da Administração	-	13	129	-	(69)
Outras partes relacionadas (1)	<u>74.487</u>	<u>5.537</u>	<u>8.671</u>	<u>168</u>	<u>(11.321)</u>
Total	<u>74.487</u>	<u>5.550</u>	<u>8.800</u>	<u>168</u>	<u>(11.390)</u>

As despesas realizadas com partes relacionadas no período referem-se a:

- R\$ 995 (R\$ 1.200 em 2018) provenientes de despesas com aluguéis e condomínio do período.
- R\$ 11.931 (R\$ 9.274 em 2018) provenientes de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no período.
- R\$ 794 (R\$ 778 em 2018) provenientes de despesas com remuneração de depósito a prazo e letras de créditos imobiliários mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no período.
- R\$ 236 (R\$ 60 em 2018) provenientes de despesas administrativas gastas com pessoal administrativo.
- R\$ 33 (R\$ 163 em 2018) provenientes de doação à entidade filantrópica.
- R\$ 0 (R\$ 4 em 2018) de receita proveniente de investimento em empresa ligada.
- R\$ 0 (R\$ 81 em 2018) de receita de cessão de crédito auferida com partes relacionadas.
- R\$ 3.620 (R\$ 4 em 2018) remuneração paga à Administração.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 126% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de dezembro de 2024.

(1) Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$ 45.282 (R\$ 74.487 em 2018) com provisão no total de R\$ 9.492 (R\$ 11.807 em 2018) referem-se ao saldo em 31 de dezembro de 2019 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.
- Depósitos à vista representados por R\$ 741 (R\$ 4.776 em 2018) de pessoa física e R\$ 780 (R\$ 761 em 2018) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$ 4.704 (R\$ 4.063 em 2018) de pessoas físicas e R\$ 6.515 (R\$ 4.608 em 2018) por empresas ligadas.

- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$ 603 (R\$ 168 em 2018) de pessoas físicas.
O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

22 Outras informações

Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

23 Eventos Subsequentes

O mundo foi assolado pela proliferação do vírus COVID-19 – Coronavirus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio afetando, especialmente, idosos e pessoas com problemas crônicos de saúde. A Organização Mundial da Saúde a considerou como pandemia mundial.

Nações em todo o mundo vêm tomando medidas drásticas com o intuito de conter a sua proliferação, dentre as quais o *lockdown* horizontal que faz com que toda a população fique reclusa em suas residências, com paralização de atividades que necessitem de contato pessoal, permitindo que apenas os trabalhadores dos serviços essenciais – segurança pública, saúde, água, energia, telecomunicações... – possam transitar pelas ruas. Esta medida também foi utilizada por governos municipais, estaduais e Federal no Brasil, com redação dada pela Medida Provisória nº 928, de 2020, enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Este tipo de medida causa um transtorno enorme na economia, além de incertezas, atingindo, muito fortemente, o setor varejista que hoje representa 55% de carteira de crédito do Banco. O Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas com o intuito de atenuar estes efeitos na economia brasileira, tanto para a população quanto para as instituições financeiras.

Dentre as medidas de incentivo encontram-se:

- Liberação adicional de compulsório
- Flexibilização das Letras de Crédito Agropecuário
- Empréstimos com lastro em Letras Financeiras garantidas
- Nova DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial)
- Empréstimos com lastro de debêntures
- Liberação de capital com consequente incremento no índice de Basileia
- Inclusão das Lotéricas no rol dos serviços essenciais

Como é de extrema dificuldade saber o efetivo impacto sobre o risco de crédito, risco de liquidez e nas operações de crédito fruto da atual circunstância em nosso negócio e prever todas as situações, a Administração está agindo de forma rápida para minimizar seus efeitos na instituição, da seguinte forma:

- Foi criado um comitê de crise para definições urgentes e com reuniões diárias.
- Foram definidas três frentes emergenciais de atuação:
 - Originação: foco em garantir a entrada de operações no curto prazo e no médio prazo, tanto em operações de crédito quanto em aplicações financeiras.
 - Recebimentos: Foco no monitoramento das receitas, atuando de forma instantânea em caso de inadimplência, minimizando o aumento do risco de crédito e liquidez.
 - Redução de Despesas: Reavaliação de todos os contratos em andamento, cancelamento de admissões e projetos com foco no longo prazo, análise das principais linhas de despesas, para traçar um plano de redução.
- Em termos de funcionamento, foi definido um número mínimo de estrutura necessária para operacionalizar o Banco Semear com segurança – estes ficam fisicamente presentes – e privilegiar o trabalho remoto, *home office*, para as atividades que não comprometam o dia a dia do Banco.

Com o intuito de se avaliar o risco para o Banco com relação a essa situação relativa ao COVID-19, foi realizada análise de sensibilidade da carteira de crédito baseada em três cenários que podem ser considerados otimista, realista e pessimista de acordo a visão da administração frente as circunstâncias que se desenham no cenário macro econômico, a saber:

Descrição cenários

- Cenário 1 Incremento da inadimplência de PF em 30% e de PJ em 15%
- Cenário 2 Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 30%
- Cenário 3 Incremento da inadimplência de PF em 90% e de PJ em 45%

Esses possíveis cenários para os impactos do surto no exercício de 2020 foram elaborados pela Administração do Banco, com base em estimativas e premissas relacionados ao futuro, que consideram todas as informações relevantes disponíveis até a data da emissão dessas demonstrações financeiras. As expectativas sobre os possíveis impactos nas operações e nas demonstrações financeiras relacionados ao surto do COVID-19, consideraram as medidas tomados pelo governo, como também as medidas tomadas pela Administração do Banco para mitigar os impactos previstos nas operações da Instituição. Considerando as incertezas remanescentes relacionados a essas estimativas e premissas, os valores divulgados a seguir referentes aos resultados previstos sobre os três cenários possíveis apresentados e possuem um risco significativo de sofrer alterações adicionais no decorrer do tempo.

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do exercício de 2020 são os seguintes:

INDICADOR	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
CAIXA	120.101	113.328	106.482	97.578
PL	129.024	126.437	123.808	121.114
BASILEIA	14,34%	13,78%	13,24%	12,68%

Destaca-se ainda o fato de que até 31 de março de 2020, já fruto das circunstâncias aleatórias descritas anteriormente, a Administração do Banco, via análise de caixa diária da última dezena do mês de março, identificou uma diminuição do recebimento esperado para pessoas física em 52,7%, representando uma diminuição no valor esperado no montante de R\$ 4,6 milhões, compensada com novas aplicações efetuadas pelo Banco. Desta forma, o caixa de fechamento nesta data era de aproximadamente de R\$ 219,7 milhões, um incremento de R\$ 30,5 milhões em relação ao início da última dezena do mês de março. Em média, o Banco, possui um ativo circulante 2,5 vezes maior que o passivo circulante, sendo que 30,8% são de caixa e títulos do governo com liquidez imediata.

* * *

Conselho de Administração

Márcio José Siqueira de Azevedo
Presidente

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Diretor-presidente

Paulo Sávio Salgado Ribeiro
Diretor

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2